

**X ENCONTRO DA ABCP
CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA: MEMÓRIA E FUTURO**

Belo Horizonte – 30 de agosto a 2 de setembro de 2016

AT – Cultura Política e Democracia

**QUALIDADE DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: PROPOSTA ESCALAR PARA
AVALIAÇÃO DA DEMOCRACIA E DO AUTORITARISMO NA REGIÃO**

Camila de Vasconcelos¹
Bruno Conceição²

¹ Professora de Ciência Política no departamento de Áreas Acadêmicas do Instituto Federal de Goiás (IFG). Doutoranda em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Doutorando em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

RESUMO

Avaliações sobre as Democracias tem sido um dos temas mais abundantes nas últimas três décadas dentro da ciência política, da qual surgem diversas concepções teóricas e metodológicas que visam explicar, principalmente, o desenvolvimento dos regimes políticos que surgiram ao longo desse período. Entre as tentativas de mensuração do conceito algumas agências internacionais têm contribuído de forma contundente, como a Freedom House, o jornal The Economist e o Polity IV Project, contudo, tais avaliações têm priorizado aspectos normativos dos regimes. Outras tentativas buscam inserir características comportamentais dos cidadãos para inferir a presença e a qualidade de um regime democrático. Este trabalho busca dimensionar metodologicamente a contribuição de alguns desses autores. De que forma pode-se mensurar a qualidade da democracia? Os países latino-americanos poderiam ser considerados como regimes democráticos ou totalitários? Para responder estas questões, na região latino-americana, propõe-se a criação de uma escala de democracia que considere dimensões institucionais e culturais e estas se sobrepõem em um continuum, entre um modelo ideal de democracia e, no seu menor grau, o totalitarismo. Para isso, parte-se dos argumentos filosóficos de Claude Lefort da oposição entre regimes Totalitários e regimes Democráticos. Para Lefort, o totalitarismo constitui-se como uma unificação do povo tanto em bases materiais quanto ideológicas, eliminando qualquer dissidência. Um líder, ou um partido, teria o controle desse processo de unidade popular controlada pela violência estatal. A população unificada se acostumaria, ao longo do tempo, com esse status indiferenciado de corpo coletivo. Assim, seria possível a manutenção deste corpo-UM totalitário se considerarmos que sistemas presidencialistas podem favorecer que líderes políticos adotem prerrogativas absolutistas? Sobre o outro conceito, Lefort trata a democracia como um regime ideal que deve ser almejado por todos os países. Contudo, o autor deixa o conceito aberto a interpretações. Por isso, incorpora-se nessa pesquisa as contribuições de Diamond e Morlino para dimensionar a proposição teórica a respeito da qualidade da democracia. Estes autores propõem como indicadores de democracia dimensões relativas a liberdade, estado de direito, responsividade vertical (accountability), capacidade de resposta e igualdade. Propõe-se, dessa forma, um índice de democracia em forma de continuum, no qual a ausência de indicadores significa um regime totalitário, e a presença de outros indicadores aproxima o regime da concepção democrática. Utilizou-se dados do Latino-barômetro para dimensionar os aspectos culturais e os indicadores da Freedom House para dimensionar os aspectos institucionais no índice, de democracia e de totalitarismo, o qual foi utilizado para avaliar as democracias latino-americanas.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade da democracia; Totalitarismo; Democracia; América Latina.

Introdução

Avaliações sobre as democracias ocidentais têm sido um dos temas mais abundantes nas últimas três décadas dentro da Ciência Política, da qual surgem diversas concepções teóricas e metodológicas que visam explicar, principalmente, o desenvolvimento e a qualidade dos regimes políticos que surgiram ao longo desse período (DIAMOND e MORLINO, 2004). Entre as tentativas de mensuração do conceito de democracia algumas agências internacionais têm contribuído de forma contundente nesse sentido, por exemplo, a *Freedom House*, o jornal *The Economist* e o *Polity IV Project*. Contudo, tais avaliações têm priorizado aspectos normativos dos regimes políticos em detrimento de aspectos culturais. Por isso, os pesquisadores sobre democracia buscam inserir em seus trabalhos indicadores comportamentais dos cidadãos para inferir a presença e a qualidade de um regime democrático (O'DONNELL, 2013; TILLY, 2007; DIAMOND e MORLINO, 2004; MOISÉS e MENEGUELLO, 2013).

Este trabalho busca discutir metodologicamente a contribuição de alguns desses autores com viés comportamental para a avaliação da qualidade da democracia latino-americana, mesmo que ainda carreguem um viés etnocêntrico na sua abordagem sobre a América Latina na medida em que este enquadramento qualitativo dos países, em mais ou menos democráticos, tende a colocar os países sul-americanos em uma escala inferior aos países do dito “primeiro mundo”. De que forma pode-se mensurar a qualidade da democracia fugindo desse etnocentrismo? Os países latino-americanos poderiam ser analisados dentro da dicotomia regimes democráticos versus regimes totalitários. Propõe-se aqui a criação de uma escala de democracia que considere dimensões institucionais e culturais onde estas se sobrepõem em um *continuum*. No maior grau, o país estaria aproximado do regime democrático, enquanto no seu menor grau o país estaria aproximado do totalitarismo. Para medir isso, parte-se nessa pesquisa dos argumentos teóricos de Claude Lefort (1983) sobre a oposição entre regimes totalitários e regimes democráticos.

O ganho heurístico em desvendar qual país é mais democrático nos parece infrutífero comparado ao problema maior da existência, ou não, de um germe totalitário nas sociedades latino-americanas. Nossa proposta é refletir sobre possíveis indicadores para a democracia em contraposição ao seu oposto, o totalitarismo, e não uma verificação de qual país teria a melhor democracia, um problema menor e permeado de incertezas. A questão que nos interessa é: Quanto os países sul-americanos estariam distanciados da definição de totalitarismo de Lefort?

Para isso, incorporam-se também nessa pesquisa as contribuições de Diamond e Morlino (2004) para dimensionar, metodologicamente, a qualidade da democracia na América Latina. Estes autores propõem como indicadores de democracia dimensões relativas à liberdade individual, o estado de direito, o *accountability* vertical, a capacidade de resposta e a igualdade. Utilizamos dados do Latino-barômetro (2015) para dimensionar os aspectos culturais e os indicadores da *Freedom House* (2015) para dimensionar os aspectos institucionais do índice de democracia. Os resultados dos países analisados, em sua maioria, apresentaram indicadores formais de democracia bem desenvolvidos, contudo os aspectos culturais ainda não estão presentes em grande parte das populações desses países.

O artigo está dividido dessa forma: na primeira seção, discute-se o conceito de democracia e de totalitarismo de Claude Lefort (1983); após, se verifica os trabalhos relacionados à qualidade da democracia e como o pensamento de Lefort pode romper a visão etnocêntrica desta agenda de pesquisa; nas seções seguintes apresenta-se a metodologia e a análise dos dados empíricos; por fim, as considerações finais deste estudo.

O conceito de democracia na perspectiva de Claude Lefort

A democracia dificilmente é discutida pelos pesquisadores na sua característica mais ontológica. Por que devemos adotá-la em detrimento de outro modelo de governo? A principal resposta, sempre ressaltada, é a capacidade de o povo – povo entendido como cidadãos livres e iguais em direitos – decidir quem governa o país por meio de eleições justas e periódicas com a possibilidade de alternância das facções políticas em disputa, algo que ficou conhecido como a perspectiva minimalista da democracia (SCHUMPETER, 1961). Obviamente, a limitação deste requisito procedimental das eleições, como característica central da democracia, motivou que outros fatores fossem sendo incorporados ao conceito para dar maior conteúdo a este regime político: liberdade de expressão, liberdade de associação, participação política, contestação, etc. (DAHL, 2005). Ainda assim, pouco se fala das vantagens comparativas de se escolher a democracia, em detrimento de qualquer outro tipo de regime, e por qual razão a democracia precisa ser defendida pelos cidadãos. Essa discussão é pertinente se levarmos em conta os altos índices de pessoas favoráveis ao retorno autoritário na América Latina em pesquisas de opinião (MOISÉS e MENEGUELLO, 2013).

Nesse sentido, as ideias de Claude Lefort são muito atuais para a Ciência Política, pois nos coloca pistas sobre como pensar o conceito de democracia, além de trazer uma justificativa filosófica, até certo ponto idealizada, para a manutenção da democracia quando

nos confrontamos, de outro lado, com a definição acurada que o pensador francês faz do regime totalitário, já que este teria os princípios opostos aos do regime democrático. As experiências de vida de Lefort, como militante dentro de um partido comunista na sua juventude e como observador das contradições da União Soviética sob Stálin, são a base empírica para a posterior descrição teórico-filosófica do totalitarismo.

O totalitarismo seria a unificação do povo, tanto em bases materiais quanto ideológicas, eliminando qualquer dissidência contrária ao todo. Um líder, ou um partido, teria o controle desse processo de unidade popular controlada pela violência estatal. Segundo Lefort (1983), os problemas desse corpo-unificado, também chamado de corpo-UM, estariam na ideia de unidade total e privação de direitos individuais tornando o totalitarismo uma violência da maioria, incorporada na figura do chefe ou do partido, sobre os direitos dos indivíduos. A população unificada se acostumaria, ao longo do tempo, com esse status indiferenciado de corpo coletivo sem qualquer traço egoísta. A possibilidade de ser diferente desapareceria aos poucos, pois não se admitiria discordar do modo de vida da maioria, transformando-se em uma servidão voluntária (LEFORT, 1983).

Resumidamente, esses são os efeitos do totalitarismo, onde o principal sintoma é a eliminação do indivíduo pela ideia de corpo-unificado. Já sobre o conceito de democracia, Lefort trata-a como um regime ideal de resolução de conflitos que deve ser almejado por todos os países. Contudo, o autor deixa esse conceito aberto a interpretações e reinterpretações. Definir democracia vem sendo uma tarefa de difícil consenso entre os pesquisadores já que existem distintas experiências democráticas que impedem uma definição definitiva (LEFORT, 1966; HELD, 2006; IAZZETTA, 2013).

Por isso que para Lefort a democracia seria um processo em construção, oposto ao totalitarismo, pois seria a desincorporação do coletivo-unificado do regime totalitário para um regime político aonde o espaço de poder estaria vago, precisando ser preenchido por grupos concorrentes. Uma nova corporificação de um representante ou de um grupo só ocorre, em regime democrático, no caso de Presidentes ou Primeiros-Ministros, por tempo determinado através do mandato legitimado pelo voto. No entanto, a ocupação do novo governante desse espaço de poder dura somente até o final do seu mandato. O governante, no entanto, não consegue representar a totalidade da população devido à garantia da permanência das oposições na vida política, que atuam com maior intensidade na democracia do que no totalitarismo. O espaço de poder só pode ser ocupado temporariamente por um líder, ou um grupo político, que nunca pode outorgar-se como representante justo e único da pátria que lhe concedeu poder. A legitimidade do mandato, que o voto concede, não garante a representatividade total para a classe política. Isso porque nenhum partido político pode ser

representante de toda a população e também não pode exigir, mesmo que legitimado pelo voto, obediência irrestrita aos ditames governativos dessa classe política no poder.

Nesse sentido, uma dúvida ainda impera sobre a possibilidade da existência do corpo unificado em regimes democráticos. Essa possível manutenção do corpo-unificado em regimes democráticos leva em conta que sistemas presidencialistas favorecem uma atitude de poder absoluto de certos líderes. Assim, líderes tais como Hugo Chaves, na Venezuela, ou Rafael Corrêa, no Equador, por exemplo, que mudaram as regras eleitorais para manterem-se no cargo indefinidamente, não carregariam a imagem de líder unido com a população em sua trajetória? Seria possível, mas para estabelecer tal vinculação seriam necessários dados mais consistentes. Mesmo no auge de poder político destes presidentes, eles jamais conseguiram abarcar a unanimidade da população, pois havia partidos oposicionistas atuantes. Nem mesmo através da força ou dos controles dos meios de comunicação chegaram a um resultado de eliminação da oposição. A imagem do corpo-UM necessita ocupar toda a sociedade e punir severamente os revoltosos. Isso não ocorreu de maneira evidente na América Latina, excetuando o caso peruano com o governo autoritário de Alberto Fujimori (1990-2000), em período democrático.

As deturpações dos regimes totalitários – vide os casos do fascismo Italiano de Benito Mussolini (1922-1943), do nazismo alemão de Adolf Hitler (1933-1945), e do comunismo russo de Joseph Stálin (1924-1953) – sobre a humanidade são justificativas palpáveis para apontar o regime democrático como a forma preferível, antes que ideal, de governo. Por mais crítico que seja Lefort (1983) em sua análise da democracia, que chega até a condenar a ideia de bem comum, sua defesa da democracia se perde um pouco em idealizações, pois trata a democracia como um regime ideal aos quais as sociedades em todos os países deveriam almejar. Apesar desse idealismo, Lefort teve uma decisão acertada ao deixar, propositalmente, o conceito de democracia aberto a interpretações. Ao assumir que a democracia é uma reinvenção contínua da sociedade, onde as construções das relações entre os indivíduos são diferentes para cada povo, isso não significa que chegaremos a um estágio de perfeição de relações entre os cidadãos. Significa apenas que os problemas encontrados em regimes totalitários serão atenuados ou serão substituídos por problemas de outra ordem na democracia.

Esse é um ponto em comum com a análise de Adam Przeworski (2010) sobre a democracia representativa. O cientista político polonês aponta um detalhe interessante sobre a democracia: este é um regime com falhas. Muitas questões urgentes da vida de qualquer sociedade continuam sem resolução pelos governantes em razão da: 1) incapacidade de gerar igualdade no terreno socioeconômico; 2) incapacidade de gerar participação política

efetiva; 3) incapacidade dos governados assegurarem que os governantes cumpram suas promessas e de que não cumpram o que não foi mandado fazer; e 4) incapacidade de equilibrar ordem sem interferência. Przeworski (2010) praticamente coloca a democracia como uma forma de governo entre outras, ao criticar o ideal igualitário e o ponto de vista positivo que o conceito tem tomado forma atualmente. Na medida em que todas as experiências democráticas existentes não cumpriram (e nem poderiam) cumprir essas expectativas de bom governo e fim do conflito, buscar outro sistema de governo que cumpra essas expectativas é inócuo, pois padeceria dos mesmos problemas da democracia representativa de conciliar autogoverno, igualdade e liberdade.

Essa ideia de bom governo nos amarra teoricamente sobre a possibilidade de enxergar alternativas de convivência possíveis dentro da democracia, e não idealizados, dos conflitos nas diversas sociedades. A ideia de fim do conflito proposta, por exemplo, pelo socialismo foi duramente criticada por Lefort (1983) que apontou nas suas boas intenções de dissolução do conflito entre as classes sociais, as mesmas deturpações de eliminação dos direitos individuais que ocorrem em regimes totalitários. Qualquer nova proposta de governo que elimine, definitivamente, o conflito social deve ser visto com suspeita pelos cidadãos.

Segundo Gilles Bataillon (2014), a proposta teórica de Claude Lefort não continha um manual metodológico de como empregar o conceito de democracia. Caberia aos pesquisadores apropriarem-se desse conhecimento para “inventarem” seus próprios caminhos metodológicos. Seguindo o raciocínio de Lefort sobre a democracia, nenhum país poderia chegar a “institucionalizar” qualquer coisa, sejam partidos ou instituições, porque os cidadãos seguem uma dinâmica de constante indeterminação de ações e/ou reivindicações. Dessa forma, como medir qualidade da democracia se há democracias com demandas singulares por toda parte? Na melhor das hipóteses, no nosso ponto de vista, um povo pode se autoproclamar democrático na medida em que a possibilidade de coerção social homogeneizante (Povo-Uno) está em níveis baixos ou inexistentes, contribuindo para o afastamento do germe autoritário da vida democrática. Essa questão nos parece importante, pois, hoje em dia, alguns países enfrentam problemas sociais graves decorrentes da constituição de unidades étnicas homogêneas com viés separatista, vide os casos, por exemplo, de Catalães na Espanha ou de moradores do Québec no Canadá.

Utilizando o conceito de democracia de Lefort, a missão comparativa perde sentido se for colocada em termos de classificação dos países em escalas democráticas. Como dizer que um país é mais democrático do que outro se a resolução de conflitos, estabelecidos pelas instituições aceitas pela sociedade de cada país, sustenta suficientemente as relações de conflito entre os grupos sociais? Por que as regras de resolução de conflito de um país seriam

mais eficientes do que outras, se os contextos sociais são diversos? A comparação serviria para que, então? O caminho metodológico mais produtivo para a compreensão da situação das democracias na América Latina, foco dessa pesquisa, seria estabelecer a distância que cada país tem do regime totalitário.

É necessário ressaltar que totalitarismo e democracia nunca aparecem em estado puro nas sociedades. Portanto, com a construção de bons indicadores é possível medir o quanto as sociedades estão distanciadas ou aproximadas do princípio totalitário. Esta pesquisa almeja mostrar em qual ponto dos extremos de possibilidades (totalitarismo ou democracia) posiciona-se cada país. Quanto mais afastada a sociedade estiver do totalitarismo, mais próxima da “invenção” democrática ela estará. Entretanto, uma tarefa árdua apresenta-se aos pesquisadores em determinar quais seriam os melhores indicadores empíricos para mensurar a configuração democrática dos países (LAUTH, 2013).

A agenda de pesquisa sobre qualidade da democracia

A agenda de pesquisa sobre a qualidade das democracias contemporâneas é relativamente nova dentro dos estudos de cultura política no século XXI. O ponto de partida dessa agenda de pesquisa estava em encontrar os fatores que impediam a completa efetivação da democracia e, até mesmo, os fatores que propiciavam uma reversão democrática dos países recém-saídos de regimes autoritários (TILLY, 2007; IAZZETTA, 2013). Basicamente, os pesquisadores da qualidade das democracias buscaram avançar no debate teórico das características essenciais, ou necessárias, do conceito de democracia (MORLINO, 2003; DIAMOND e MORLINO, 2004; SCHMITTER, 2004; MORLINO, 2010; BAQUERO, 2012; LAUTH, 2013; O'DONNELL, 2013; MOISÉS e MENEGUELLO, 2013).

Essa nova agenda de pesquisa busca equilibrar uma visão mais abrangente do conceito de democracia relacionando vários eixos, desde a esfera procedimental das eleições, a esfera inclusiva das minorias sociais e a esfera participativa dos cidadãos (AMORIM e DIAS, 2012). Essa articulação intenta escapar de uma visão minimalista da democracia que tem dominado os estudos sobre a democracia na Ciência Política devido a fácil operacionalidade e comparação de países. As pesquisas pautadas apenas nas eleições deixam de fora aspectos substantivos da vida dos países como a liberdade de imprensa, o respeito aos direitos humanos, a desigualdade econômica, etc.

A qualidade da democracia significaria ultrapassar o viés procedimental para mensurar os resultados efetivos das instituições políticas na vida do cidadão. Dessa forma,

não adianta ter eleições regulares se a cidadania, se a participação, a liberdade, os direitos humanos, etc. não são garantidos e protegidos pelo Estado. Os governos precisam fazer as instituições funcionarem de maneira eficaz para a população. Na América do Sul, a década de 1980 foi o período crucial de saída de regimes autoritários para uma democracia eleitoral, ancorada nos partidos políticos competindo pelo poder em eleições cada vez mais frequentes. Portanto, no século XXI teríamos o momento adequado de avaliar se a mudança de regime político deu certo nos países latino-americanos.

Contudo, a análise da qualidade da democracia dos países latino-americanos carrega um etnocentrismo na sua abordagem ao tentar posicionar os países em uma escala democrática do melhor para o pior país no *ranking* democrático. A maioria das análises que selecionam um grande conjunto de nações coloca os países europeus sempre entre os mais democráticos relegando aos países latino-americanos a posição de menos democráticos no mundo. Esse modo de classificação do menos para o mais democrático posiciona os países latino-americanos, na maioria dos casos, em colocações subalternas aos países do hemisfério norte (GUGLIANO, 2013).

Tal classificação ainda deixa de lado problemas sociais, desigualdades econômicas, corrupção, violência estatal, abusos de autoridade, etc. que são dilemas que todos os países enfrentam com menor ou maior exposição dessas mazelas na grande imprensa. Conforme salienta Rodrigo González (2014), os Estados Unidos da América e os países europeus enfrentam graves problemas derivados da recessão econômica mundial, de 2008, que exacerbou as relações entre os distintos grupos étnicos que compõe os povos europeus, causando graves casos de xenofobia e racismo na Europa, em conjunto com a resposta dura norte-americana ao povo árabe em decorrência dos ataques terroristas e das guerras no Iraque (GONZÁLEZ, 2014).

Na parte metodológica, os estudos acerca da qualidade da democracia têm como foco aspectos mais substantivos do que normativos sobre os regimes políticos. Interessa aos pesquisadores conhecer como se dá o funcionamento das instituições políticas e o seu resultado prático no fortalecimento da cidadania, da liberdade e da igualdade política (AMORIM, 2015). Desse modo, os estudos nessa área buscam fazer o diagnóstico de resultados do funcionamento das instituições e promover soluções para problemas de inclusão, participação política e efetivação de políticas públicas. Os aspectos procedimentais são relegados para o segundo plano, apesar de serem vistos como imprescindíveis, em detrimento de aspectos mais substantivos de efetividade democrática.

Essa separação entre procedimentos e resultados é uma dissociação prejudicial no entendimento da qualidade da democracia, pois compromete a visão total dos benefícios do princípio democrático para a cidadania. A eleição é a forma racional de o conflito prevalecer na sociedade, portanto, não deve ser preterida na análise em razão de uma preferência do pesquisador por indicadores socioculturais. A verificação da permanência do princípio democrático requer uma análise global que leve em conta aspectos do procedimento eleitoral, da prestação de contas dos governantes – *accountability* – em conjunto com os indicadores socioeconômicos permitindo aos pesquisadores da área de qualidade da democracia analisar, de forma comparativa, a ausência ou não do princípio democrático nas sociedades latino-americanas (AMORIM, 2015).

Desse modo, nosso modelo de qualidade da democracia conjuga uma comparação da distância dos países em relação ao totalitarismo do que uma distância, vista na maioria da literatura, dos graus democráticos. Nosso critério de qualidade da democracia pressupõe que os países já possuem características essenciais da democracia precisando, somente, mensurar se há uma possibilidade de reversão democrática no horizonte.

Metodologia

O Índice de Qualidade da Democracia foi desenvolvido a partir da confecção de outros índices: índice institucional e índice comportamental. Para a construção do índice institucional utilizou-se como pano de fundo a pontuação determinada pela *Freedom House* (2015), sendo adaptada para ser matematicamente equivalente a escala de 0 a 1. Nesse caso, adaptou-se a escala da *Freedom House* que varia entre 1 e 7 (onde 1 significa mais próximo do que se espera da liberdade democrática e 7 do mais distante), para uma escala que varia de 0 a 1, em que 0 está mais próximo de um regime autoritário e 1, mais próximo da Democracia. Esse processo foi utilizado para os índices de Direitos Cívicos e de Liberdades Cívicas, ambas provenientes da *Freedom House* e compõe o índice institucional.

Quadro 1. Conceitos utilizados para a composição do Índice Institucional

Índice Institucional	Variáveis Utilizadas	1
Índice de Direitos Políticos	Nota de 1 a 7 baseada em três categorias: procesos eleitorais; pluralismo político e funcionamento do governo.	
Índice de Liberdades cívicas	Nota de 1 a 7 baseada em quatro categorias: liberdade de expressão; liberdade de organização; Estado de Direito e direitos individuais.	

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Freedom house (2015).

Já para a confecção de um índice comportamental, utilizou-se técnicas de análise fatorial e técnica de rotação varimax. Primeiramente, identificamos dentro do banco de dados do Latino-barômetro (2015) questões que poderiam ser utilizadas para mensurarem os conceitos que viriam a compor o Índice comportamental. A técnica de “análise fatorial” foi escolhida por esta ser uma pesquisa exploratória possibilitando que sejam agrupadas as variáveis que refletem os conceitos teóricos baseados em Diamond e Morlino (2004) para dar conta, empiricamente, do conceito do índice comportamental. Os conceitos foram: Regras do jogo, Participação, Accountability Vertical, Competitividade, Liberdade, Igualdade, Responsividade e Garantias Políticas. Consideramos nesta pesquisa que essas dimensões são condições suficientes para qualificar a democracia e para estabelecer uma contraposição empírica adequada ao modelo totalitário desenvolvido por Lefort (1983).

Portanto, as questões escolhidas para essa análise foram estipuladas com base em relações em comum existentes entre as respostas dos entrevistados. A análise fatorial permite reduzir o número das variáveis em fatores correlacionados entre si, via técnica de extração dos componentes principais (PESTANA e GAGUEIRO, 2000). Essa técnica é utilizada para verificar de que forma as variáveis compartilham sua variância umas com as outras (FIELD, 2009). Uma vez que o objetivo foi o de encontrar as dimensões comuns dentro dos dados do Latino Barômetro (2015) para elaborar os índices específicos de cada conceito, que virão, a seguir, a compor o índice comportamental. Sumariamente, analisaram-se as relações entre as variáveis selecionadas previamente, pois elas apresentaram, por meio da técnica de análise fatorial, variância comum entre as variáveis (FIELD, 2009).

Este processo contou com duas etapas. Na primeira etapa, a seleção dos fatores, ou a ponderação das variáveis, foi feita utilizando como critério a retirada da análise de variáveis que possuíssem valores abaixo de (.6) (PESTANA e GAGUEIRO, 2000, p. 399). Na segunda etapa da construção dos índices, os fatores permanentes da etapa anterior, foram agrupados já que caracterizavam as relações conceituais propostas por Diamond e Morlino (2004). Para isso, utilizou-se a técnica de rotação varimax. Essa técnica maximiza a dispersão das cargas fatoriais dentro de fatores específicos, sendo essa rotação recomendada quando se pretende que os fatores aglutinados sejam independentes (FIELD, 2009). Possibilita, também, o aglutinamento de fatores em grupos, segundo a correlação existente entre eles. A partir dos resultados destas rotações, com as variáveis retidas por esse processo, foram criados índices que possibilitaram a mensuração dos conceitos propostos. Uma síntese das variáveis escolhidas pode ser observada no quadro 1, abaixo:

Quadro 2. Conceitos para mensuração dos índices para a composição comportamental do Índice de Qualidade da Democracia

Conceito	Variáveis utilizadas
Regras do jogo	Satisfacción con la manera cómo funcionan: La policía Satisfacción con la manera cómo funcionan: El sistema judicial
Participação	Dispuesto a salir a marchar y protestar por: Aumento de salario y mejores condiciones de trabajo Dispuesto a salir a marchar y protestar por: La mejora de la salud y la educación Dispuesto a salir a marchar y protestar por: La explotación de recursos naturales Dispuesto a salir a marchar y protestar por: Defender los derechos democráticos
Accountability Vertical	Evaluación del trabajo que está haciendo el parlamento/congreso nacional Evaluación del trabajo que están haciendo los partidos políticos Evaluación del trabajo que está haciendo el poder judicial Transparencia en el gobierno Transparencia en el Estado Transparencia en las empresas privadas
Competitividade	Voto gobierno-oposición
Liberdade	Libertad para participar en política Libertad para elegir mi oficio/profesión
Igualdade	Protección contra el crimen Seguridad social
Responsividade	Satisfacción con estos servicios: La recolección de basura Satisfacción con estos servicios: El alcantarillado
Garantias Políticas	Solidaridad con los pobres y los necesitados Oportunidades de conseguir trabajo.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Latino-barômetro (2015).

Cada um dos índices propostos acima, foi definido dentro de uma escala de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de 0, os cidadãos desses países possuem menos sentido democrático em seus países, e mais próximo de 1, significa uma percepção maior sobre tal indicador no seu país, o que possibilita uma democracia com mais qualidade.

Dessa forma, foram elaborados os índices com variáveis comportamentais e os índices com variáveis institucionais. Estes índices foram desenvolvidos pois, serão analisados comparativamente. Por fim, elaborou-se um índice de qualidade da democracia para sumarizar a escala de autoritarismo a democracia. O índice de qualidade da democracia foi composto pelos indicadores dos índices comportamentais e institucionais, todos possuindo o mesmo peso. Assim, considerou-se igualmente a relação dada pelos cidadãos desses países a composição dos conceitos propostos por Diamond e Morlino (2004) retirados dos dados do

Latino-barômetro (2015) e pela pontuação dos países latino-americanos no banco de dados da *Freedom House* (2015) resultando na fórmula a seguir:

$$IQF = \frac{(RG + P + AC + C + L + I + R + GP + DP + LC)}{10}$$

IQF	Índice de Qualidade da Democracia
RG =	Índice Regras do jogo
P =	Índice Participação
AC =	Índice Accountability Vertical
C =	Índice Competitividade
L =	Índice Liberdade
I =	Índice Igualdade
R =	Índice Responsividade
GP =	Índice Garantias Políticas
DP	Índice Direitos políticos Freedom House
LC	Índice Liberdades Civis Freedom House

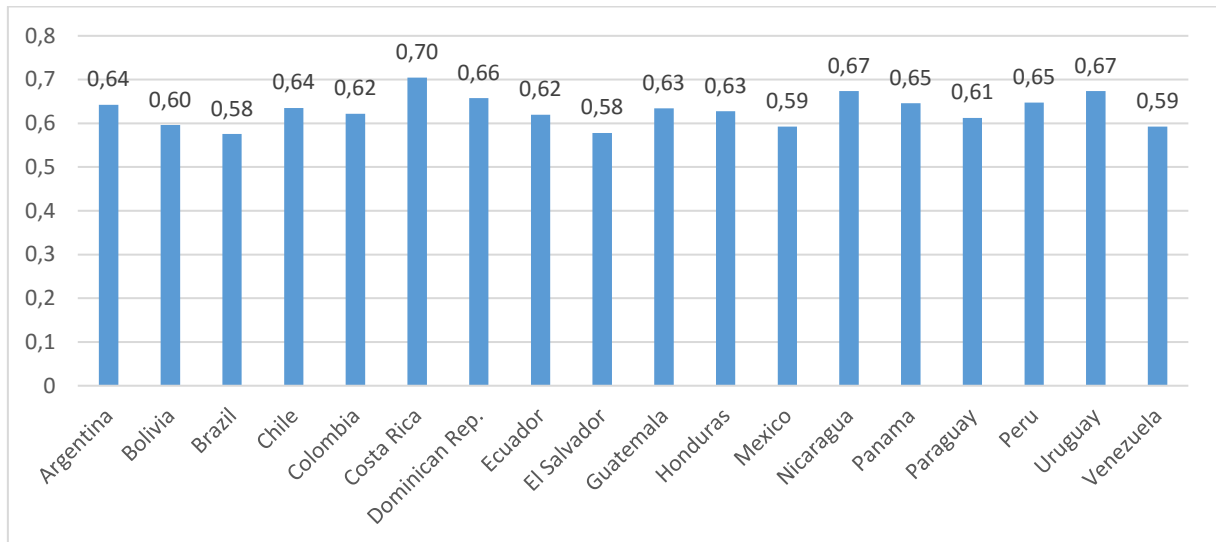
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Latino barômetro (2015) e dados da Freedom House (2015)

O índice da qualidade da democracia final manteve a escala de 0 a 1, em que 0 significa mais autoritarismo e 1 mais democrático. Os índices para cada um dos países da América Latina foram comparados e as análises resultantes serão apresentados na próxima seção.

Análise dos dados empíricos na América Latina

Como mencionado anteriormente, o índice de qualidade da democracia terá dados do Latino-barômetro (2015) representando indicadores culturais, enquanto os dados da *Freedom House* (2015) representarão os indicadores institucionais. Testando o modelo democrático e totalitário de Lefort (1983) temos uma situação na qual praticamente todos os países da América do Sul estão distanciados do germe totalitário em seus respectivos territórios.

Gráfico 1. Índice da Qualidade da Democracia



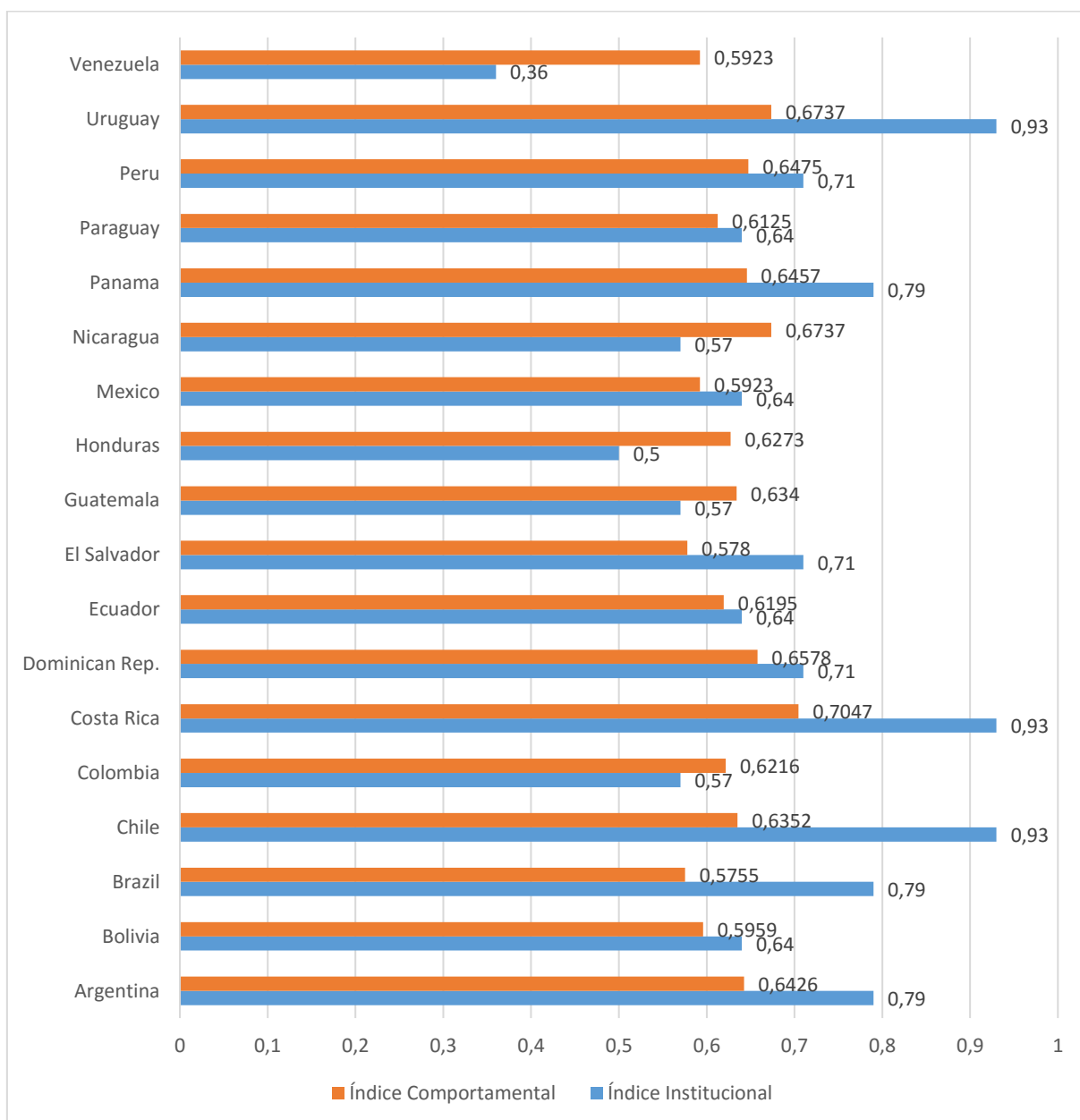
Fonte: Dados processados pelos autores, a partir de Latino-barômetro (2015) e *Freedom House* (2015).

Os únicos países que tiveram pontuação abaixo de 0,60 foram Brasil, El Salvador, México e Venezuela. Alguns diagnósticos podem ser feitos para descrever essa situação. O Brasil vive agitação devido os casos de corrupção derivados da operação Lava Jato da polícia federal. El Salvador é um dos países mais instáveis politicamente no continente em razão da desigualdade social. O México passa por índices altos de violência na sua sociedade e passa também por modificações nos principais partidos no poder. A Venezuela vive turbulências sociais desde a morte do ex-presidente Hugo Chávez em 2013. O seu legado político não teve uma resposta positiva com Nicolás Maduro, presidente eleito em 2013, que enfrenta seguidas manifestações de grupos opositores e escassez de alimentos derivado da redução de valor de mercado do petróleo, a principal fonte econômica do país. Por isso, não é surpreendente uma nota tão reduzida de qualidade da democracia na Venezuela, mas, mesmo assim, uma nota longe de patamares preocupantes.

Os valores mais elevados em qualidade democrática foram encontrados no Chile, na Costa Rica e no Uruguai. Estes países, por sinal, são aqueles que possuem uma estabilidade política mais longa no continente, apesar de um passado autoritário em razão de golpes militares. A Costa Rica, por exemplo, teve seu processo de democratização iniciado em 1949. Chile e Uruguai começaram um processo de redemocratização na década de 1980, semelhante a vários países, mas com a manutenção, quase intacta, das organizações partidárias do período democrático precedente. Tal situação permitiu que a classe política retomasse rapidamente o controle do poder estatal.

No gráfico 2, adiante, temos uma pontuação separada dos países latino-americanos conforme a separação de pontuações entre os aspectos institucionais e os aspectos comportamentais. O objetivo desse gráfico é ver a diferença de pontuação dos países conforme a visão da população no survey se comparado a forma que a Freedom House elenca os países da América Latina.

Gráfico 2. Comparação dos Índices Institucional e Comportamental



Fonte: Dados processados pelos autores, a partir de Latino-barômetro (2015) e Freedom House (2015).

Visualizamos nos resultados do gráfico 2 que os aspectos culturais reduzem a qualidade dessas democracias na medida em que retiramos os aspectos institucionais. Ou seja, a resposta da população sobre a satisfação com a democracia em seu país diminui acentuadamente. Nicarágua, Honduras, Guatemala e Colômbia tiram notas melhores nos aspectos culturais isolados do que quando agregado aos aspectos institucionais.

Novamente, o caso peculiar foi a Venezuela. A satisfação da população com a democracia cresce se comparado com a desconfiança que os organismos internacionais possuem das instituições políticas desse país. Ao que parece, o legado político de Hugo Chávez na sociedade venezuelana não foi tão ruim quanto a imprensa tende a noticiar já que a população coloca a nota do país, segundo as informações do índice comportamental, na média dos outros países da América Latina.

Conclusão

A pesquisa se propôs a fazer uma fotografia atual, antes do que histórica, do estágio democrático dos países latino-americanos. Outro objetivo foi alargar o entendimento sobre a qualidade da democracia da América Latina fugindo de uma perspectiva etnocêntrica de quais países seriam melhores que outros em aspectos democráticos, mas sim buscou comparar quais países estão mais próximos de uma perspectiva totalitária e quais países se encontram dentro de um padrão democrático.

Utilizamos dados do Latino-barômetro (2015) para dimensionar os aspectos culturais e os indicadores da *Freedom House* (2015) para dimensionar os aspectos institucionais no índice de qualidade democrática foi utilizado para avaliar os países latino-americanos. O resultado encontrado foi bastante diferente do diagnóstico pessimista da literatura sobre a existência de valores democráticos nos países latino-americanos. Todos os países estão distantes, alguns mais outros menos, de estabelecer em suas sociedades regimes totalitários. A imagem nos estudos sobre qualidade da democracia de que alguns países possuem democracias “melhores” do que outras foram descartadas nessa pesquisa já que é impossível avaliar qual país teria o melhor modelo democrático, uma vez que as situações de conflito são distintas em cada país.

Ao propormos comparar os países latino-americanos em relação a distancia deles do germe totalitário permitiu dar uma visão mais segura do avançado status de resolução de

conflitos que o continente enfrenta após longos anos de autoritarismo na região. Assim, a democracia permanece em franca construção nos países da América do Sul.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Maria Salete. (2015). Democracias, desigualdades e corrupção: uma análise da qualidade democrática na América Latina. **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, pp. 80–108.

AMORIM, Maria Salete; DIAS, Rodrigo. (2012). Dimensões teóricas e práticas da qualidade da democracia. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, pp. 79–96.

BAQUERO, Marcelo. (2012). Avaliando o potencial de fatores culturais na construção da democracia na América Latina: uma comparação entre 2005 e 2010. **Revista Debates** (UFRGS), Vol. 6, pp. 9-34.

BATAILLON, Gilles. (2014). Claude Lefort, pratique et pensée de la désincorporation. **Raisons politiques**, n°56, 2014/4, Presse de la FNSP, pp.69-85.

DAHL, Robert. (2005). **Poliarquia**. São Paulo: Edusp.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. (2004). Quality of democracy. An overview. **Journal of Democracy**, v. 15, n. 4, pp. 23-31.

FIELD, Andy. (2009). **Discovering statistic using SPSS**. London: SAGE publications.

GONZÁLEZ, Rodrigo (2014). Cultura política, qualidade da democracia e interrupção de mandatos presidenciais na América Latina. **Anais do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 1, pp. 01–20.

GUGLIANO, Alfredo (2013). Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, pp. 229–243.

HELD, David. (2006). **Models of Democracy**. Cambridge: Polity Press.

IAZZETTA, Osvaldo. (2013). Democracia, Calidad de la democracia y Democratización. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, pp. 139–150.

LAUTH, Hans-Joachim (2013). Critérios básicos para a democracia: é a responsividade parte de seu círculo íntimo? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, pp. 115–138.

LEFORT, Claude (1983). **A Invenção Democrática**. São Paulo: Editora Brasiliense.

LEFORT, Claude. (1966). Pour une sociologie de la démocratie. **Économies, Sociétés, Civilisations**, n°4, pp.750-768.

MOISÉS, José Álvaro e MENEGUELLO, Rachel. (2013). **A Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Editora Unesp.

MORLINO, Leonardo. (2010). Legitimacy and the quality of democracy. **International Social Science Journal**, v. 60, n. 196, pp. 211-222.

MORLINO, Leonardo. (2003). What is a 'good' democracy? Theory and the case of Italy. **South European Society & Politics**, v. 8, n. 33, pp. 01-32.

O'DONNELL, Guillermo. (2013). Democracia, Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, pp. 15–114.

PESTANA, Maria Helena; GAGUEIRO, João Nunes. (2000). **Análise de dados para Ciências Sociais: a complementariedade do SPSS**. Lisboa: Edições Silabo.

PRZEWORSKI, Adam (2010). **Qué esperar de la democracia: límites y posibilidades del autogobierno**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

SCHMITTER, Philippe. (2004). The Quality of Democracy: The Ambiguous Virtues of Accountability, **Journal of Democracy**, v. 15, n. 49, 47–60.

SCHUMPETER, Joseph. (1961). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

TILLY, Charles. (2007). **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press.

Anexos:

Communalities

	Initial	Extraction
P50ST.A Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Libertad para participar en política	1,000	,749
P50ST.B Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Libertad para elegir mi oficio/profesión	1,000	,766
P50ST.J Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Protección contra el crimen	1,000	,647
P50ST.K Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Seguridad social	1,000	,738
P50ST.L Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Solidaridad con los pobres y los necesitados	1,000	,679
P50ST.M Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Oportunidades de conseguir trabajo	1,000	,618

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotated Component Matrix^a

	Component		
	1	2	3
P50ST.A Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Libertad para participar en política			,853
P50ST.B Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Libertad para elegir mi oficio/profesión			,854
P50ST.J Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Protección contra el crimen		,906	
P50ST.K Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Seguridad social		,757	
P50ST.L Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Solidaridad con los pobres y los necesitados	,787		
P50ST.M Libertades, derechos, oportunidades garantizadas: Oportunidades de conseguir trabajo	,871		

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 5 iterations.

Communalities

	Initial	Extraction
P52ST.D Satisfacción con estos servicios: La recolección de basura	1,000	,768
P52ST.E Satisfacción con estos servicios: El alcantarillado	1,000	,776
P53ST.C Satisfacción con la manera como funcionan: La policía	1,000	,808
P53ST.D Satisfacción con la manera como funcionan: El sistema judicial	1,000	,811

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotated Component Matrix^a

	Component	
	1	2
P52ST.D Satisfacción con estos servicios: La recolección de basura		,866
P52ST.E Satisfacción con estos servicios: El alcantarillado		,876
P53ST.C Satisfacción con la manera como funcionan: La policía	,891	
P53ST.D Satisfacción con la manera como funcionan: El sistema judicial	,895	

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 3 iterations.

Communalities

	Initial	Extraction
P21N.E Acciones que ha realizado: Hacer un reclamo a través de las redes sociales	1,000	,808
P21N.D Acciones que ha realizado: Hacer un reclamo a través de los medios de comunicación	1,000	,805
P22ST.A Dispuesto a salir a marchar y protestar por: Aumento de salario y mejores condiciones de trabajo	1,000	,756
P22ST.B Dispuesto a salir a marchar y protestar por: La mejora de la salud y la educación	1,000	,818
P22ST.C Dispuesto a salir a marchar y protestar por: La explotación de recursos naturales	1,000	,706
P22ST.D Dispuesto a salir a marchar y protestar por: Defender los derechos democráticos	1,000	,745

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotated Component Matrix^a

	Component	
	1	2
P21N.E Acciones que ha realizado: Hacer un reclamo a través de las redes sociales		,889
P21N.D Acciones que ha realizado: Hacer un reclamo a través de los medios de comunicación		,885
P22ST.A Dispuesto a salir a marchar y protestar por: Aumento de salario y mejores condiciones de trabajo	,856	
P22ST.B Dispuesto a salir a marchar y protestar por: La mejora de la salud y la educación	,894	
P22ST.C Dispuesto a salir a marchar y protestar por: La explotación de recursos naturales	,835	
P22ST.D Dispuesto a salir a marchar y protestar por: Defender los derechos democráticos	,850	

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 3 iterations.

Communalities

	Initial	Extraction
P49ST.A Evaluación del trabajo que está haciendo el parlamento/congreso nacional	1,000	,761
P49ST.B Evaluación del trabajo que están haciendo los partidos políticos	1,000	,744
P49ST.C Evaluación del trabajo que está haciendo el poder judicial	1,000	,716
P55N.A Transparencia en el gobierno	1,000	,801
P55N.B Transparencia en el Estado	1,000	,837
P55N.C Transparencia en las empresas privadas	1,000	,609

Extraction Method: Principal Component Analysis.